

EIXO – CEARÁ SUSTENTÁVEL

O Ceará Sustentável contempla as políticas governamentais de convivência que atenuam os impactos climáticos, alimentadas pela existência de diversificadas alternativas e estratégias disponíveis desde o aproveitamento do Bioma Caatinga. O propósito central deste eixo consiste no Meio ambiente protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Voltadas a este propósito, as ações do governo organizam-se em três temas estratégicos: Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Energia, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – MEIO AMBIENTE

Na perspectiva da implementação de uma Política Ambiental no Estado apoiada segundo a lógica de uma sociedade igualitária, socialmente justa, ambientalmente saudável e sustentável foi criada a Secretaria do Meio Ambiente – Sema pela Lei Estadual nº 15.773/2015, a qual é vinculada a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – Semace como autarquia especial integrante do Sistema Estadual do Meio Ambiente.

Nesse sentido, busca-se desenvolver com excelência as ações que visam apoiar e incentivar o desenvolvimento de práticas sustentáveis no Ceará, cumprindo assim sua missão, que é proteger o meio ambiente e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, com vistas a promover a qualidade ambiental que propicia à vida.

Além disso, o governo realiza o monitoramento, a fiscalização e o licenciamento ambiental, sendo também responsável pela proteção da fauna e flora do Estado.

Há também o trabalho de melhoria das condições socioambientais por meio da execução de projetos estratégicos de estruturação urbana nos quais tem sido possível, com muitos desafios, eliminar áreas de risco e recuperar áreas urbanas ambientalmente degradadas devido às práticas humanas de agressão e poluição do meio ambiente as quais, além de destruir esse recurso não renovável, produz efeitos negativos sobre a população, com o surgimento de doenças que prejudicam a sua qualidade de vida.

Nesse sentido são desenvolvidas iniciativas por meio da execução de obras de urbanização para revitalização de áreas ambientalmente degradadas, contribuindo para a

utilização desses espaços de forma sustentável; de obras hídricas para controle de cheias e inundações; da implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, proporcionando a infraestrutura necessária aos empreendimentos habitacionais nos quais são relocadas famílias que ocupam, de forma irregular, áreas de preservação permanente, bem como aos empreendimentos habitacionais para os quais são conduzidas as famílias cujas moradias encontram-se em área de interesse público, nas quais são executadas obras de infraestrutura e mobilidade.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é “Recursos ambientais com uso racional e sustentável”. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Programado	Realizado
Área de risco eliminada	Nº	9	–	0	0	3	2*
Área revitalizada	Nº	1	0	1	0	1	0*
População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos	%	97,39	90,69	88,87	88,80	88,87	88,87**
População urbana do interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos	%	6,11	6,15	6,31	6,70	6,31	8,02**

Fonte: Secretaria das Cidades

(*) Período de referência até dezembro de 2016.

(**) Período de referência até julho de 2016.

Análise sobre o desempenho dos indicadores:

O indicador “**Área de risco eliminada**” refere-se às 18 áreas de risco situadas na área de intervenção dos projetos Rio Maranguapinho (8), Rio Cocó (9) e Dendê (1), programadas para o período do PPA 2016-2019, com o objetivo de retirar as famílias que as ocupam de forma irregular, prioritariamente mediante a relocação em áreas com infraestrutura, ou pelo pagamento de indenização, e a execução de trabalho social junto às famílias relocadas e remanescentes.

No período 2012-2016 foram eliminadas 11 áreas de risco, sendo 9 na área geográfica de intervenção do Projeto Rio Maranguapinho (Donzelas, Goiânia, Chuí, Comunidade 8 de

dezembro, Parque Jerusalém I, Favela Genilse, Alto Alegre, Parque Vitória e Parque Jerusalém II) e 2 na área de intervenção do Projeto Rio Cocó (Portelinha e Av. Paulino Rocha).

Das três áreas previstas para serem eliminadas em 2016, somente duas puderam ser extintas. A não eliminação da área de risco da Baixada do Projeto Dendê deveu-se a não conclusão das 600 unidades habitacionais programadas para atender às famílias dessa área, em decorrência de fatores tais como a necessidade de readequação do projeto de abastecimento de água e esgoto, elaborado em conjunto com a Cagece; a demora do início de obra do sistema de abastecimento de água pela Cagece; a necessidade de replanejamento de parte dos serviços; e a demora na aprovação do referido replanejamento pelo agente financeiro CAIXA.

As principais causas para o nível de desempenho apresentado por esse indicador no período 2012-2016 podem ser atribuídas à intensa dinâmica do espaço urbano, a demora no processo de negociação com as famílias quanto ao valor das indenizações pela desapropriação de imóveis (terrenos e benfeitorias). Sobre esse assunto a Secretaria das Cidades vem empreendendo esforços no sentido de melhorar o fluxo dos processos de suporte relacionados à desapropriação administrativa de terrenos.

O indicador “**Área revitalizada**” refere-se a 24 áreas, previstas para o PPA 2016-2019, sendo 15 no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho, 6 no Projeto Rio Cocó e 3 no Projeto Dendê, na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF. Nessas áreas serão executadas obras de urbanização/preservação ambiental e retiradas as famílias que as ocupam de forma irregular, prioritariamente mediante a relocação em áreas com infraestrutura, ao pagamento de indenização e a realização do trabalho social.

As fontes de informação são os Relatórios dos Projetos na Unidade de Gerenciamento do Projeto de Desenvolvimento Urbano da Região Metropolitana de Fortaleza (UGP RMF).

As principais causas para o nível de desempenho apresentado por esse indicador no período 2012-2016 podem ser atribuídas à demora no processo de desocupação das áreas, através de reassentamento e/ou indenização junto às famílias, as chuvas que ocorrem no começo de cada ano, que atrasam os serviços de terraplenagem, e a incapacidade das construtoras de manter um ritmo satisfatório na execução das obras e serviços de engenharia.

A não revitalização de área em 2016, considerada insatisfatória com base na meta programada, deveu-se as chuvas no começo do ano, que atrapalharam os serviços de terraplenagem, prejudicando o andamento das obras; e a dificuldade das construtoras contratadas em manter o ritmo da obra, diante da conjuntura econômica atual.

O indicador “**População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos**” refere-se ao percentual da população urbana da RMF atendida por destinação adequada de resíduos sólidos, que segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes, como os aterros sanitários e as Centrais de Tratamento de Resíduos.

Para o cálculo do indicador, as fontes de informação são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria das Cidades.

A tendência de queda apresentada pelo indicador no período 2012-2015, notadamente a partir de 2014, é explicada pela alteração na conformação geográfica da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, que passou de 15 municípios para 19 municípios. O aumento no número da população da RMF impactou no indicador porque parte da população urbana incluída nessa região não era atendida com destinação final adequada de resíduos sólidos.

O percentual da população urbana da RMF atendido com destinação final adequada de resíduos sólidos em 2016 é considerado satisfatório com base na meta programada, pois não estava prevista conclusão de Centrais de Tratamento de Resíduos para o corrente ano nessa região, assim a melhoria do índice é representada pelo crescimento da população.

Estima-se que os aterros sanitários do estado atendam a 3.368.558 pessoas na Região Metropolitana de Fortaleza.

O indicador “**População urbana do interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos**” refere-se ao percentual da população urbana do interior

(excetuando-se a RMF) atendida por aterro sanitário, seja ele construído ou operado por iniciativa municipal ou estadual.

O Estado tem envidado esforços no sentido de contribuir com a destinação final adequada de resíduos sólidos para a população urbana por meio de duas ações principais: a construção de Centrais de Tratamento de Resíduos (CTRs) e a elaboração de projetos de engenharia de CTRs/aterros sanitários que são entregues aos municípios para que estes entes executem as obras.

O aumento apresentado pelo indicador no período 2012-2016, notadamente a partir de 2014, é explicado pela alteração na conformação geográfica da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, citado anteriormente, bem como as iniciativas de algumas gestões municipais no sentido de celebrar instrumentos com o objetivo de destinar seus resíduos sólidos para municípios que possuem equipamentos para essa finalidade, e que operam de forma adequada, ampliando o número da população urbana do interior atendida com destinação final adequada de resíduos sólidos, que reflete no desempenho do indicador.

O percentual da população urbana do interior (CE exceto RMF) atendido com destinação final adequada de resíduos sólidos em 2016 foi considerado satisfatório com base na meta programada. O principal incremento deste índice ocorrido em 2016 deveu-se ao fato de que o município de Santana do Acaraú começou a destinar seus resíduos ao aterro de Sobral e que o aterro sanitário de Brejo Santo passou a operar com licença ambiental, o que resultou na melhoria do indicador.

Estima-se que as estruturas existentes hoje no Estado do Ceará, atendam a 235.272 pessoas. As fontes de informação são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria das Cidades.

Deve-se ressaltar, entretanto, que estão sendo realizadas ações para fomentar a coleta seletiva em todo o Estado. Além disso, a Secretaria das Cidades e o Ideci desenvolveram projetos-padrão de Centrais Municipais de Reciclagem (CMR) que serão disponibilizados aos municípios. Estas unidades contribuem para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, fomentando a reciclagem e atendendo as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305 de 2010) e da Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei Nº 16.032 de 2016).

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO MEIO AMBIENTE

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa **REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS**, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de **R\$ XX,XX milhões¹**.

43000000 – SECRETARIA DAS CIDADES

PROGRAMA 027 – REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

O Programa tem como objetivo melhorar as condições socioambientais em áreas de risco e adjacências, tendo como público alvo famílias de baixa renda residentes nas áreas das intervenções.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias – 2016

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
027.1.01 - Urbanização das margens do Rio Maranguapinho	Área Urbanizada	unidade	4	0
027.1.02 - Urbanização das margens do Rio Cocó	Área Urbanizada	unidade	2	0
027.1.03 - Recuperação da faixa de proteção do mangue e urbanização de áreas na comunidade do Dendê	Área Urbanizada	unidade	1	0

Fonte: Secretaria das Cidades

(*) Dados até setembro/2016.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

¹ Será inserido posteriormente pela Seplag.

Projeto Rio Maranguapinho

- Execução de 94,83% Trecho III A Margem Esquerda (entre a Av. Osório de Paiva e a Av. Jardim Fluminense).
- Execução de 10,36% da obra de urbanização do Trecho III A Margem Direita (entre a Av. Osório de Paiva e a Av. Jardim Fluminense).
- Execução de 64,10% da obra de urbanização do Trecho III B (situado entre a Av. Jardim Fluminense e o Anel Viário).
- Execução de 82,55% da obra de urbanização do Trecho II Margem Direita.
- Beneficiadas 3.891 pessoas com a realização de 110 atividades de mobilização, organização e fortalecimento social, 220 atividades de acompanhamento e gestão social da intervenção, 380 atividades de educação ambiental e patrimonial e 196 atividades de desenvolvimento socioeconômico no Projeto Rio Maranguapinho PAC, na área do Residencial Raquel de Queiroz (380 pessoas), Residencial Miguel Arraes (852 pessoas) e Residencial Aldemir Martins (220 pessoas); nas áreas remanescentes (1.820 pessoas) e nas áreas da urbanização (619 pessoas).
- Realizados 2.658 atendimentos presenciais na Secretaria das Cidades e 2.453 atendimentos domiciliares aos beneficiários do Projeto Rio Maranguapinho.

Projeto Rio Cocó

- Execução de 98% dos serviços de construção da Barragem Cocó, com previsão de conclusão em janeiro de 2017.
- Execução de 80,34% da obra de urbanização do Trecho III Margem Direita.
- Beneficiadas 1.543 pessoas com atendimentos presenciais referentes à mobilização, organização e fortalecimento social, nas áreas da urbanização do Projeto Rio Cocó.

Projeto Dendê

- Beneficiadas 64 pessoas com 4 atividades de acompanhamento e gestão social da intervenção nas áreas da urbanização do Projeto Dendê.

Destques para o Pronunciamento do Governador ^(*):

- Execução de 98% dos serviços de construção da Barragem Cocó, com previsão de conclusão em janeiro de 2017.

^(*) Selecionar os destaques dentre as principais realizações do(s) programa(s) deste Tema.